



PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO/RO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

LEI Nº

DOM Nº

AUTOGRAFO Nº 014/2016.

PROJETO DE LEI Nº 3.339/2015, SUBST. AO PROJETO DE LEI Nº 3327/2015
AUTORIA: VEREADOR CHICO LATA

"Estatui a avaliação periódica dos prédios escolares e centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino do **Município** de Porto Velho e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 87 da LOM,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte **L E I**:

Artigo 1º - Os prédios escolares e centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino deverão ser avaliados a cada três anos, por engenheiros, arquitetos, profissionais de educação e administradores, que formarão comissão designada para esse fim pelo Poder Executivo, com o objetivo de avaliar e elaborar diretrizes de padrões de infraestrutura para uma educação de qualidade.

Parágrafo único – Os prédios escolares e os centros municipais de educação infantil nos termos do caput obterão ao final da avaliação relatório técnico informando sobre as condições estruturais e de conservação dos mesmos.

Artigo 2º - O relatório técnico deverá conter:

I – Avaliação das condições físicas e ambientais das unidades escolares e centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino;



PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO/RO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

II - Documentação detalhando a situação estrutural de cada unidade educacional e suas condições de funcionamento;

III - Elaboração de diretrizes das reformas a serem executadas, sejam elas de curto médio ou longo prazo, considerando de forma integrada, a realidade local de cada unidade, como: características do espaço físico, modalidade de ensino, metodologias educacionais e condições estruturais e ambientais para o desenvolvimento e aprendizagem dos educandos.

Artigo 3º - Os relatórios da situação das unidades escolares assim como das diretrizes das reformas a serem executadas, serão públicos, disponibilizados na página oficial da prefeitura e publicados na imprensa oficial, cabe ao poder público municipal encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e para o Conselho de Escola de cada unidade avaliada.

Parágrafo único – O relatório técnico deverá conter sugestão de projeto final de reforma de cada unidade educacional avaliada, será submetido à aprovação do Conselho de Escola da respectiva unidade, para fins de eventuais sugestões a título de colaboração.

Artigo 4º - Esta lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua promulgação.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Divisão de Acomp. de Processo Legislativo, 09 de março de 2016.

Vereador Everaldo Fogaça
Presidente da CCJR-2016

Ver. Carlos Alberto de Lucas
Membro

Ver. Edemilson Lemos de Oliveira
Membro